

# Estudo Técnico Preliminar 46/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08019.002340/2025-44

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação do serviço de empresa especializada para execução de serviço comum de engenharia relativa ao Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI) é essencial para que a Penitenciária Federal em Mossoró/RN (PFMOS) garanta a segurança de servidores, dos detentos e do próprio patrimônio público, considerando a ausência de registros de manutenção corretiva referentes e do sistema com um todo.

2.2. Importa destacar que a instalação do PPCI na PFMOS é obrigatória de acordo com a Norma Brasileira (NBR) 13714/2000, fixando que todas as edificações com área construída superior a 750m<sup>2</sup> devem, obrigatoriamente, possuir Sistemas de Combate à Incêndio e Pânico.

2.3. Considerando o Processo SEI/ nº 08019.002934/2021-21, que contempla a elaboração e aprovação do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI) junto ao Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Norte (CBM/RN), conclui-se pela necessidade da execução dos serviços deste PPCI.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria do Sistema Penitenciário Federal	Marcelo Stona
Penitenciária Federal de Mossoró/RN - PFMOS	Roderick Ordakowski

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. É essencial que intervenção em comento atenda às especificações e orientações previamente estabelecidas;

4.2. A contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;

4.3. Os serviços são considerados serviços comuns de engenharia pois enquadram-se na classificação nos termos do artigo 6º, XXI, “a”, da lei nº 14.133/2021: “todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens”;

4.4. A apresentação de atestados e certificações técnicas emitidas por Conselho Regional de Engenharia (CREA) deverão ser exigidos;

4.5. **A avaliação prévia do local de execução dos serviços é indicada** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao Licitante o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h00 às 16h30;

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico **deverá agendar com antecedência** e estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.8. O responsável pela execução deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ora requeridos, apresentando, dentre outros documentos solicitados, a cópia do contrato que deu suporte à contratação;

4.9. A Contratada deverá indenizar ou reparar todas e quaisquer avarias que porventura venham a ocorrer no transporte ou na entrega dos itens, bem como sua perda ou furto, total ou parcial, durante a execução dos serviços;

4.10. Os valores relativos a seguros deverão ser incorporados aos serviços prestados pela Contratada, bem como seguro cuja taxa deverá cobrir integralmente qualquer forma de dano, desaparecimento, extravio, roubo, furto e apropriação indébita;

4.11. A Contratada deverá disponibilizar todos os projetos, memoriais descritivos, relatórios técnicos, manuais de instalação e demais documentos que correspondem ao desenvolvimento e aplicação da metodologia aplicada;

4.12. As correções são de responsabilidade da empresa, que antes de apresentar proposta, poderá fazer visita técnica para determinar o(s) local(ais) adequado(s) à execução dos serviços.

#### **REQUISITOS TEMPORAIS:**

4.13. As intervenções propostas deverão ser realizadas na Penitenciária Federal de Mossoró/RN (PFMOS) em horário de expediente interno deste Secretaria Nacional de Políticas Penais;

4.14. A entrega do serviço finalizado deverá ser realizada dentro dos limites temporais estipulados, podendo o prazo previsto ou acordado neste item ser prorrogado, desde que feita por solicitação justificada do responsável pelos serviços e que seja aceita pelo Contratante;

4.15. Os prazos são imprescindíveis para a satisfação do objetivo contratual, estando a Contratada passível de sanções em caso de descumprimento.

#### **REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE**

4.16. A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização dos recursos com a redução de desperdícios e menor poluição;

4.17. Deverão ser aplicados os princípios de Sustentabilidade constantes do convênio firmado entre o INSS e Ministério do Meio Ambiente: A3P/INSS.

- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela NBR 10.151/2019: Acústica - Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas - Aplicação de uso geral, visando o conforto da comunidade, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152/2017: Acústica - Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificação, nos termos da Resolução CONAMA nº01, de 08/03/1990, e em legislações correlatas;
- Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº1/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços seus custos correspondentes.

4.18. Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis nos termos do art. 7º, inc. XI da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.19. Racionalização do consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, utilizando-se balde ou mangueira com esguicho disposto de sistema de fechamento (revolver, bico e outros), não devendo ser efetuada em vias e logradouros públicos (inciso II do artigo 6º da IN 01/2010 SLTI/ MPOG);

4.20. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços (inciso IV do artigo 6º da IN 01/2010 SLTI/MPOG); Deverão ser aplicados os princípios de Sustentabilidade constantes do convênio firmado entre o INSS e Ministério do Meio ambiente: A3P/INSS.

#### **REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

4.21. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, **para fins de contratação:**

I - Será necessária a apresentação de(as) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, expedida(s) pelo CREA, que prove(m) que o Responsável Técnico da obra em análise, tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços em prédio público, comercial ou industrial, o seguinte serviço: Serviços de execução do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios (PPCI) com fornecimento de materiais e ferramental que se fizerem necessários.

4.22. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. Os atestados devem conter, por exemplo:

- a) Prazo contratual, data de início e término dos serviços;
- b) Local onde presta ou foi prestado o serviço, à época;
- c) Natureza da prestação dos serviços (continuado ou não);
- d) Caracterização do bom desempenho do licitante;
- e) Outros dados característicos se houver;
- f) Identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome e o cargo do signatário.

4.23. É importante citar que o limite para as exigências de comprovação de capacidade técnica estabelecido por esta Pasta observa o disposto no § 1º e § 2º do art. 67 da Lei 14.133/2021;

4.24. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

4.25. A comprovação deverá ser por intermédio da apresentação de DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA que comprove que a Licitante fornece ou já forneceu o serviço descrito nesta contratação;

4.26. A licitante poderá apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar o quantitativo mínimo exigido para a qualificação técnica;

4.27. Na documentação de que trata o inciso I do caput do art. 67 da Lei 14.133/2021, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade;

4.28. As Licitantes poderão fazer um reconhecimento do local antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento sobre a extensão do serviço a ser executado, das dificuldades que poderão surgir no decorrer do contrato, bem como se científicarem de todos os detalhes necessários à perfeita execução dos serviços;

4.29. A Licitante deverá apresentar DECLARAÇÃO de VISTORIA ou de ABSTENÇÃO DE VISTORIA, assinada por representante da empresa, expressando o pleno conhecimento das condições do local da obra, assumindo todas as responsabilidades.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Neste sentido, em conformidade à natureza do objeto, o qual envolve a execução do serviço do Plano de Prevenção e Combate a Incêndio, incluindo o fornecimento de materiais e ferramental necessários, foram encontradas diversos objetos semelhantes a esta contratação, em pesquisa realizada no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP):

**Contrato nº 033/2025****Data Atualização:** 11/06/2025**Contrato PNCP:** 05853163000130-2-000222/2025**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 11/06/2025**Município:** MUNICIPIO DE MARABÁ **Local:** Marabá/PA **Vigência:** de 02/04/2025 a 02/04/2026

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DOS SISTEMAS DE COMBATE A INCÊNDIO NOS PRÉDIOS ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE MARABÁ QUE CELEBRAM CONTRATO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED E A OURO NORTE CONTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

**Contrato nº 26/2025****Data Atualização:** 11/06/2025**Contrato PNCP:** 04302816000120-2-000014/2025**Modalidade da Contratação:** Dispensa **Última Atualização:** 11/06/2025**Município:** CAMARA MUNICIPAL DE MARABÁ **Local:** Marabá/PA **Vigência:** de 06/06/2025 a 31/12/2025

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços especializados para implantação do sistema de prevenção e combate a incêndio nas dependências da Câmara Municipal de Marabá, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra qualificada e execução dos serviços necessários à completa instalação, conforme as normas técnicas vigentes e o projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal, conforme especificações e q ...

**Contrato nº 4/2025****Data Atualização:** 10/06/2025**Contrato PNCP:** 01587762000107-2-000068/2025**Modalidade da Contratação:** Dispensa **Última Atualização:** 10/06/2025**Município:** CAMARA MUNICIPAL DE CAMBÉ **Local:** Cambé/PR **Vigência:** de 26/05/2025 a 25/09/2025

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na adequação de edificações às normas de segurança e instalação de Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio a ser realizado na Câmara Municipal de Cambé.

**Contrato nº 128/2024****Data Atualização:** 10/06/2025**Contrato PNCP:** 88124961000159-2-000064/2024**Modalidade da Contratação:** Concorrência - Eletrônica **Última Atualização:** 10/06/2025**Município:** MUNICIPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO **Local:** Sant'Ana do Livramento/RS **Vigência:** de 25/11/2024 a 23/07/2025

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE PPCI, COM BASE DE CONCRETO PARA RESERVATÓRIOS, CASAS DE BANHEIROS E RAMPA DE ACESSO PARA O CENTRO DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS

5.2. Tendo em vista que o objeto da presente contratação é perfeitamente padronizável e quantificável, enquadrando-se como serviço comum de engenharia, o processo de licitação poderá ser feita pela modalidade pregão ou concorrência;

5.3. Salvo melhor juízo, objetivando uma maior economicidade para a Administração Pública, recomenda-se que o procedimento licitatório seja realizado pela modalidade Pregão (serviço comum de engenharia).

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Os serviços compreenderão todas as etapas para a execução completa do Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI) da PFMOS, sendo classificado como serviço comum de engenharia;

6.2. Esta contratação é essencial para atender às necessidades de regularização e segurança da instituição, possibilitando a obtenção do alvará anual de licenciamento junto à prefeitura de Mossoró e a aprovação da vistoria pelo Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Norte;

6.3. Deverão ser executados todos os procedimentos conforme exigências legais e normativas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, bem como das normas técnicas da ABNT (especialmente a NBR 9077, NBRR 13434 e NBR 14276).

#### **SERVIÇOS QUE DEVERÃO SER REALIZADOS**

6.4. **Diagnóstico técnico** das instalações físicas da unidade, com levantamento de riscos e não conformidades;

6.5. **Atualização do PPCI**, com base no projeto previamente aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio Grande do Norte, sendo readequado sempre que necessário, conforme as características construtivas, ocupacionais e operacionais atuais da edificação;

6.5.1. A atualização visa garantir a conformidade com as normas técnicas vigentes, contemplando eventuais modificações estruturais, mudanças de uso ou ampliação das áreas edificadas, assegurando a eficácia das medidas de prevenção e combate a incêndios;

6.6. Execução das adequações físicas e técnicas previstas no PPCI, incluindo instalação completa de equipamentos e serviços de combate a incêndio do tipo:

a) Ampliação e adequação da rede de hidrantes, com dimensionamento hidráulico conforme NBR 13714, incluindo reserva técnica de incêndio, válvulas de governo e controle, e abrigo de mangueiras;

b) Adequação do acionamento automático da bomba de incêndio, com sensores de pressão e painéis de comando conforme requisitos da NBR 13714 e NR-10, garantindo operação autônoma e segura;

c) Instalação e redistribuição de extintores portáteis de todas as classes (A, B, C e K), conforme análise de risco e em conformidade com a NBR 12693;

d) Implantação de sistema de iluminação e sinalização de emergência, com luminárias autônomas e placas fotoluminescentes, conforme NBR 10898 e NBR 13434, assegurando rotas de fuga visíveis em caso de sinistro;

e) Adequação e manutenção do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) na área da academia, conforme critérios técnicos previstos na NBR 5419, incluindo malha de aterramento, captadores, condutores de descida e caixas de inspeção para o aterramento;

f) Serviços de instalação de sistema de detecção e alarme de incêndio, com sensores de fumaça e calor, botoeiras manuais, sirenes audiovisuais e central de alarme, conforme especificações da NBR 17240, garantindo resposta rápida e eficaz a princípios de incêndio.

6.7. **Capacitação e treinamento da brigada de incêndio**, conforme diretrizes da NR-23 – Proteção Contra Incêndios do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece medidas de prevenção e proteção contra incêndios nos ambientes de trabalho;

6.7.1. O treinamento incluirá instruções teóricas e práticas sobre combate a princípios de incêndio, evacuação de emergência, uso correto de equipamentos de proteção e primeiros socorros, com realização de simulados periódicos;

6.7.2. A formação será conduzida por profissionais habilitados, com emissão de certificados válidos, atendendo também às exigências da Instrução Técnica IT-17 do Corpo de Bombeiros, quando aplicável.

6.7.3. Essa capacitação visa garantir a pronta resposta em situações emergenciais, promovendo a segurança dos servidores, usuários e do patrimônio público;

6.8. **Acompanhamento técnico e assessoria** durante o processo de vistoria e emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. Os quantitativos foram previstos em conformidade com o Documento de Formalização de Demanda (ID SEI 31677007) no qual solicita: 01 (uma) contratação de empresa especializada para execução do Plano de Prevenção e Combate a Incêndio da PFMOS.

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²	1,00
EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF_02/2016	UN	1,00
ABRIGO PARA HIDRANTE, 75X45X17CM, COM REGISTRO GLOBO ANGULAR 45 GRAUS 2 1/2", ADAPTADOR STORZ 2 1/2", MANGUEIRA DE INCÊNDIO 15M 2 1/2" E ESGUICHO EM LATÃO 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	4,00
TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	114,00
JOELHO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	16,00
TÊ, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 (2 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	8,00
NIPLE, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	4,00
LUVA, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	57,00
CAIXA DE INCENDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA, DE SOBREPOR /EXTERNA, COM 120 X 90 X 17 CM, EM CHAPA DE ACO, PORTA COM VENTILACAO, VISOR COM A INSCRICAO "INCENDIO", SUPORTE/CESTA INTERNA PARA A MANGUEIRA, PINTURA ELETROSTATICA VERMELHA	UN	8,00
UNIÃO, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	57,00
PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO FOSCO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_PE	m²	15,00

QUADRO DE COMANDO DE BOMBA 10CV (INVERSOR DE FREQUÊNCIA) -FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_05/2016	UN	1,00
EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE	UN	4,00
EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE	UN	12,00
EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 12 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE	UN	3,00
EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE	UN	6,00
EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PÓ DE 6 KG, CLASSE ABC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE	UN	78,00
EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO CARRETA COM CARGA DE PQS DE 50 KG, CLASSE BC	UN	1,00
LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	80,00
LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA TIPO BLOCO AUTÔNOMO DE LED 1200 Lumens 2 Faróis - - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	8,00
Placas fotoluminescentes de sinalização para setas indicativas de rota de saída	UN	108,00
Placas fotoluminescentes de sinalização para extintores	UN	103,00
Placas fotoluminescentes de sinalização para hidrantes/ abrigos de mangueira	UN	21,00
Placas fotoluminescentes de sinalização para alarme de incêndio	UN	21,00
CABO DE COBRE NU 35MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	115,00
CABO DE COBRE NU 50MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	125,00
HASTE DE ATERRAMENTO 3/4 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	UN	6,00

CONECTOR EM BRONZE/LATÃO, DN 22 MM X 1/2", SEM ANEL DE SOLDA, BOLSA X ROSCA F, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE AQUECIMENTO SOLAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	6,00
FIXAÇÃO UTILIZANDO PARAFUSO E BUCHA DE NYLON, SOMENTE MÃO DE OBRA. AF_10/2016	UN	60,00
CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF_12/2020	UN	6,00
BARRA CHATA DE ALUMÍNIO 3/4 X 1/4 X 3m	m	60,00
BARRA PLANA ESTANHADA COM TERMINAL DE PRESSÃO	UN	8,00
PRESILHA (15MM X 22MM) EM LATÃO COM FURO DE 5MM	UN	60,00
Serviço de instalação das barras	UN	1,00
BOTONEIRAS + SIRENES ÁUDIO VISUAIS ENDEREÁVEIS	UN	31,00
DETECTORES PONTUAIS DE FUMAÇA	UN	286,00
CABO BLINDADO ANTICHAMA 2 X 1,5mm + 2 X 0,75MM PARA SDAI	M	1750,00
CENTRAL DE ALARME ENDEREÇÁVEL COM BATERIA (Classe A) – 24/300 – Ascael	UN	1,00
REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	400,00
FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_05/2017_PS	m²	400,00
APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	400,00
SERVIÇO DE INSTALAÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO DE PERIFÉRICOS E CABEAMENTO DO SDAI	UN	1,00

7.2. Caso seja necessário, os quantitativos exatos poderão ser definidos com base em visita técnica, levantamento *in loco* e análise do PPCI, devendo ser comprovado, neste caso, que as alterações trazem benefícios em relação a redução de custos, prazos, aumento de qualidade e com a manutenção da responsabilidade integral do contratado em relação aos riscos referentes à alteração.



7.3. Ressalta-se que a contratação será realizada utilizando o critério de julgamento do menor preço ou maior desconto, conforme disposto no artigo 34 e correlatos na Lei Federal nº 14.133/2021.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 329.019,03

8.1. A estimativa do valor da contratação está baseada no orçamento em Anexo deste ETP, realizado durante a contratação do Projeto e aprovação do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios (PPCI), Processo SEI nº 08019.002934/2021-21;

8.2. Para a correção monetária do valor orçado, realizado em outubro de 2022, foi utilizado o Índice Nacional de Custos da Construção (INCC), perfazendo o valor estimado supracitado.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Sobre esta questão, a Súmula nº 247 do TCU estabeleceu o seguinte: *"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade";*

9.2. Outrora esse entendimento, consideramos que não é possível afirmar sumariamente, sem a análise do caso concreto, que a licitação por itens ou por lote único seria mais eficiente. O próprio TCU já teve a oportunidade de se manifestar no sentido de que, no caso específico, a licitação por lote único seria a mais eficiente à administração: *"Cabe considerar, porém, que o modelo para a contratação parcelada adotado nesse parecer utilizou uma excessiva pulverização dos serviços ... Esta exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação(...) embora as estimativas numéricas não mostrem consistência, não há nos autos nenhuma evidência no sentido oposto, de que o parcelamento seria mais vantajoso para a Administração. Ao contrário, os indícios são coincidentes em considerar a licitação global mais econômica"*(Acórdão nº 3140/2006 do TCU);

9.3. A licitação em grupo consiste na reunião de itens em um mesmo lote, de modo que a disputa ocorra de forma global, resultando na contratação de um único fornecedor para provimento do conjunto da solução. Do ponto de vista técnico, consideramos que todos os itens da pretensão contratual fazem parte de uma solução integrada – de modo que sua divisão é prejudicial ao conjunto do objeto;

9.4. Considerando que todas as fases do ciclo de vida do serviço contemplam o escopo do fornecimento, no caso concreto, avaliamos que “pulverizar” a contratação em diversos itens compromete a integração do serviço quanto aos seus aspectos intrínsecos e de qualidade;

9.5. Do ponto de vista administrativo, no Acórdão nº 5301/2013-Segunda Câmara o egrégio TCU entendeu como legítima a reunião em grupo de elementos de mesma característica, quando a adjudicação por itens isolados onerar “o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual”, o que pode comprometer a seleção da proposta mais vantajosa. No mais, essa configuração já é amplamente compreendida e adotada pelo mercado – sendo a contratação em grupo a forma mais comumente praticada na Administração Pública para a presente pretensão contratual;

9.6. Desse modo, avaliando as características do objeto pretendido neste estudo, consideramos que o agrupamento da pretensão contratual é técnica e economicamente viável, sendo que sua divisão pode prejudicar a execução do objeto, além de gerar outros custos relacionados à coexistência de diversos contratos, potencializando riscos e dificuldades na gestão técnica e administrativa de uma pluralidade de contratos autônomos;

9.7. Portanto, embora a solução seja em tese divisível, há interesse técnico na manutenção da unicidade. Ainda, consideramos que não é a simples aplicação da regra geral que dirige o processo decisório, e sim a sua viabilidade técnica – de tal modo que a

avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico, uma vez que não se trata de contratar serviço pelo menor preço simplesmente. Dessa forma, o aspecto técnico em manter a unicidade (indivisibilidade) garante os benefícios da solução – sendo conveniente à Administração que assim seja licitado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes


10.1. Como contratação correlata, podemos mencionar a adequação do Projeto de Combate à Incêndio da Penitenciária Federal de Porto Velho (PFPV), Processo SEI/MJ nº 08120.006647/2020-42, com vistas à adequação das estruturas físicas das penitenciárias federais com a ABNT NBR 13714, a qual fixa que todas as edificações com área construída superior a 750m² devem, obrigatoriamente, ter sistemas preventivos contra incêndios.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Considerando o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/21, faz-se necessário harmonizar a demanda com o Plano de Contratações Anual (PCA), quando existente, além do necessário alinhamento com as leis orçamentárias. É essencial abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam influenciar o processo de contratação.

11.2. Dessa forma, conforme link e imagem abaixo, verifica-se a inclusão do referido objeto no PCA 2025, em atendimento às determinações legais:

https://pncp.gov.br/app/pca/00394494000136/2025/34



Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP

Obras e Serviços de Engenharia

Id do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação	Valor total estimado	Data
1	541 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS	200323-67/2025	R\$ 360.000,00	31/1
2	541 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS	200323-66/2025	R\$ 360.000,00	31/1
3	4210 - EQUIPAMENTOS PARA COMBATE A INCÊNDIO	200323-65/2025	R\$ 470.000,00	31/1
6	541 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS	200323-62/2025	R\$ 1.206.000,00	31/1
14	5335 - TELAS METÁLICAS	200323-55/2025	R\$ 1.800.000,00	31/1
17	542 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	200323-52/2025	R\$ 1.500.000,00	31/1
21	541 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS	200323-49/2025	R\$ 342.553,36	31/1
23	9999 - ITENS DIVERSOS	200323-47/2025	R\$ 407.446,26	31/1
71	541 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS	200323-67/2025	R\$ 360.000,00	31/1
72	541 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS	200323-66/2025	R\$ 360.000,00	31/1

ID PCA PNCP: 00394494000136-0-000034/2025;

Data de publicação no PNCP: 24/05/2024 (Última atualização: 25/03/2025);

Id do item no PCA: 23;

Classe/Grupo: 9999 - Itens diversos;

Identificador da Futura Contratação: 200323-47/2025;

Valor total estimado: R\$ 407.446,26.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Benefícios esperados com a contratação da empresa especializada para execução dos serviços de engenharia relacionados ao Plano de Prevenção e Combate a Incêndios na Penitenciária Federal de Mossoró/RN:

- a) Regularização Legal: A contratação da empresa permitirá que a Penitenciária Federal obtenha o alvará anual de licenciamento junto à prefeitura de Mossoró/RN, garantindo a regularização legal da instituição e o cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis;
- b) Segurança das Instalações: A implementação das medidas propostas no projeto executivo contribuirá significativamente para melhorar a segurança das instalações da penitenciária, protegendo tanto os detentos quanto os funcionários contra riscos de incêndio e pânico;
- c) Conformidade com Normas Técnicas: A empresa contratada deverá garantir que todas as intervenções realizadas estejam em conformidade com as normas técnicas e regulamentações específicas relacionadas ao combate à incêndio e pânico, assegurando a qualidade e eficácia das soluções implementadas;
- d) Redução de Pendências e Multas: A aprovação da vistoria pelo Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Norte e a correção das pendências estruturais e de segurança contribuirão para reduzir ou eliminar eventuais multas ou penalidades impostas à Penitenciária Federal por descumprimento das regulamentações de segurança;
- e) Prevenção de Incidentes: A implementação de um sistema de combate à incêndio e pânico eficiente e adequado reduzirá significativamente o risco de ocorrência de incidentes graves na penitenciária, protegendo vidas e reduzindo danos materiais;
- f) Reputação Institucional: O cumprimento das normas de segurança e a regularização legal da penitenciária contribuirão para fortalecer a reputação institucional da instituição perante a comunidade, autoridades governamentais e demais partes interessadas;
- g) Bem-Estar dos Envolvidos: A melhoria das condições de segurança nas instalações da penitenciária proporcionará um ambiente mais seguro e tranquilo para detentos, funcionários e demais envolvidos, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida no ambiente prisional;
- h) Redução de Riscos Financeiros: A prevenção de incidentes graves e a regularização legal da instituição contribuirão para reduzir os riscos financeiros associados a possíveis danos materiais, processos judiciais e multas decorrentes de não conformidades com as normas de segurança.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Fiscalização e Acompanhamento: Serão designados responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços, visando assegurar o cumprimento dos requisitos contratados e a qualidade final dos serviços.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº1, de 19/01/2010;

14.2. O gerenciamento dos resíduos originários da execução do objeto deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

14.3. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- a) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;
- b) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas

de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

c) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

d) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

14.4. A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), bem como o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Trabalho;

14.5. Os resíduos com logística reversa obrigatória, gerados na execução dos serviços devem atender o no Guia de Contratações Sustentáveis da AGU. Será de responsabilidade da Contratada a desinstalação e descarte das baterias do sistema. A Contratada deverá entregar ao MRE o Certificado de Descarte das Baterias.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Diante exposto, esta equipe de planejamento declara VIÁVEL a contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, porquanto está em consonância com as necessidades institucionais e com as políticas públicas a serem realizadas pelo Órgão;

15.2. Com os devidos fundamentos e justificativas de preços estimados, juntamente com a devida pesquisa, a presente contratação torna-se viável, desde que atenda todos os itens aqui especificados, haja vista que há adequação da contratação com o atendimento da necessidade a que se destina.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GABRIEL DE BARCELOS CONCEICAO SILVA**

Membro da comissão de contratação

**RENATO VIEIRA TORMIN**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/06/2025 às 16:02:00.

**FRANKLY RODRIGUES FARIA SOBRAL**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 13/06/2025 às 18:05:05.*

**ANNA CAROLINA MONTENEGRO NUNES SALES**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 13/06/2025 às 16:30:57.*

**JOAO BULHOES DE LIMA NETO**

Membro da comissão de contratação

**ADRIEL ARAUJO DE MOURA**

Membro da comissão de contratação

**TARCISIO GUILHARVA DA COSTA VENERIO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 13/06/2025 às 16:07:23.*

**PAULO HENRIQUE BENITES FERREIRA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 13/06/2025 às 16:07:30.*

**LUCAS DE SOUSA OLIVEIRA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 13/06/2025 às 16:06:38.*